

Resistências às mudanças na corporação policial:

a experiência do programa Ronda do Quarteirão no Ceará

Resistance to change in the police corporation: the experience of the Ronda do Quarteirão in Ceará

Glauécia Mota Brasil*
Emanuel Bruno Lopes de Sousa*

RESUMO: O artigo trata de algumas questões que assumiram destaque na política de segurança pública do Ceará, com a criação e implementação do programa Ronda do Quarteirão (na Polícia Militar), no Governo Cid Gomes (2007-2010), denominado de "polícia da boa vizinhança". O mesmo adotou abordagens assemelhadas ao policiamento comunitário ou de proximidade com a população. Nesse contexto, destacam-se as resistências e as tensões vivenciadas entre o novo e o velho modelo de pensar e fazer polícia, colocando em evidência interesses e concepções divergentes entre os diferentes grupos de policiais.

Palavras-chave: Segurança pública, Ronda do Quarteirão, inovações no policiamento, resistências

I ntrodução

O presente artigo¹ discute as resistências operadas na corporação policial militar do Ceará com a criação e implementação do Programa Ronda do Quarteirão na política estadual de segurança pública. O Ronda é definido como uma proposta de policiamento que desenvolve ações ostensivas e preventivas, cujo objetivo é agir principalmente nos crimes de menor potencial ofensivo por meio de estratégias diferenciadas de prevenção com base na filosofia da polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade (Projeto Ronda do Quarteirão, 2008).

¹ Este artigo é parte de alguns estudos e pesquisas realizadas no Labvida/UECE, como a pesquisa O impacto da nova formação policial no programa "Ronda do Quarteirão": uma proposta de policiamento comunitário (FUNCAP;2008-2010) sob a coordenação de Glauécia Mota Brasil

O Programa foi lançado em novembro de 2007 pelo Governo Cid Gomes (2007-2010), inicialmente em quatro bairros da cidade de Fortaleza², sendo expandido na seqüência para os demais bairros, municípios da Região Metropolitana e, do interior do Estado. Somente na capital cearense, originalmente, foram dispostos mais de 1500 policiais divididos em 122 equipes cada uma composta por 12 policiais, que se revezavam nos três turnos por meio de patrulhamento preventivo e ostensivo 24 horas áreas de 3km², sendo que cada viatura e os policiais não podiam sair do seu perímetro delimitado de cobertura operacional determinado pelos comandos.

Cada área em que os policiais do Ronda integram dispõe de um celular, sendo os quatro últimos do telefone correspondentes ao número da viatura. O telefone de cada viatura juntamente com a fotografia dos policiais foram divulgados junto à população por meio de propagandas nos meios de comunicação³ e de panfletos distribuídos pelos policiais rodantes aos moradores de cada área, nos estabelecimentos comerciais, escolas, padarias, equipamentos sociais, e outros.

Essa proposta de policiamento se tornou alvo de variadas críticas (tanto por parte de diferentes setores da sociedade como pelos comandos identificados ao modelo tradicional da polícia militar que manifestavam descontentamento com o fato do programa ter sido gestado fora dos muros da corporação) e, com sua implementação estas se intensificaram. Sem muita clareza e definições, o Ronda, no primeiro ano de sua atuação, gerou muitas expectativas e polêmicas. Os noticiários da imprensa, sempre em alerta, queriam saber informações mais precisas sobre o Programa que não tinha ainda suas ações e estratégias bem delimitadas.

Pensar em mudanças na polícia é reconhecer que algo não está funcionando bem e necessita ser reformulado e, para a polícia essa sempre foi uma questão complicada como nos assegura a literatura sobre os estudos policiais. No campo da segurança pública, especificamente nas instituições policiais, a idéia de mudança nas estratégias e práticas de policiamento colocam em evidência interesses e concepções divergentes entre os diferentes setores policiais que compõem a Polícia Militar, como pode ser observado com a experiência de implementação do Programa Ronda do Quarteirão.

São interesses antagônicos, relações de poder constituídas no cotidiano de uma corporação que tem dificuldades em conviver com as críticas, ratificadas pela defesa intracorpore, operadas por estratégias discursivas defensivas e pouco afeitas às mudanças no modelo tradicional do pensar e de fazer polícia.

e da dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade pela UECE, 2008), intitulada Ronda do Quarteirão: um 'acontecimento' na política de segurança pública? de autoria de Emanuel Bruno Lopes de Sousa.

2 A escolha destes bairros, pelo Programa, levou em consideração algumas características específicas de cada região como aspectos socio-econômicos e culturais, tipificações criminais, bairros residenciais e locais com fluxo de pessoas e estabelecimentos comerciais.

3 Nos canais locais de televisão, a propaganda apresentava o programa à população e enfatizava "recebam bem os policiais", destacando ainda que eles seriam parte da comunidade, ou seja, a denominada "polícia da boa vizinhança", slogan do programa Ronda do Quarteirão.

Tensões e resistências dentro da corporação militar

Em cenários marcados por situações distintas e complexas, como em alguns países⁴, devido ao aumento da criminalidade, observamos o surgimento de alguns problemas urbanos, hostilidade entre policiais e comunidade (sobretudo, moradores das áreas periféricas), além de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais de impacto. Podemos dizer que as tentativas e/ou inovações feitas nas estratégias de policiamento em algumas cidades brasileiras⁵ surgiram dentro de circunstâncias bem peculiares e complexas, ou seja, em situações de desgaste e falta de credibilidade das polícias em manter a ordem e o controle, que assumem feições diferenciadas de acordo com o modo de gerenciamento das políticas governamentais na área da segurança pública e das relações de poder estabelecidas nos comandos e nas práticas policiais.

No caso específico do Ceará, a criação e implementação do Ronda do Quarteirão como estratégia política do Governador Cid Gomes acabou por gerar críticas e resistências no interior da corporação militar como campo experimental do referido programa que não foi idealizado pela PM. Assim, o programa não foi algo prontamente aceito na Polícia Militar do Ceará, sendo mesmo motivo de deboches e insatisfações, mais especificamente, por parte daqueles policiais que não se sentiram beneficiados e/ou discordaram da estratégia operacional do Programa.

Não se pode ignorar que, com a criação do Ronda, as concepções divergentes entre os diferentes grupos policiais na PMCE ficaram mais evidentes. Há dentro da corporação militar no Ceará, um pólo considerado humanista, que pensa e prioriza o policiamento comunitário por meio de diálogos e parcerias com os diferentes setores da sociedade. O outro pólo congrega militaristas que defendem e apostam numa perspectiva de policiamento repressivo, com uso de batalhões e/ou grupos especiais para manter o controle social com base em ações chamadas de “saturação” em determinadas áreas da cidade.

Dentro desse contexto, precisam ser consideradas as relações de poder travadas no interior da PM, uma vez que os dois grupos se subdividem em subgrupos de interesses antagônicos e alguns policiais se consideram acima da lei, integrando ou participando de práticas criminosas que ferem os instrumentos que regulamentam o Estado de Direito. O exemplo mais flagrante dessa problemática tem sido a participação de PMs em grupos de extermínios e nas chamadas “milícias” que vendem “proteção” em bairros periféricos de Fortaleza.

4 Nos Estados Unidos, na década de 1960 destacam-se as práticas discriminatórias com as minorias, como negros e homossexuais. Na Grã-Bretanha, a elevação das taxas de criminalidade, perda de apoio público, algumas revoltas raciais no início da década de 1980, greves dos trabalhadores e protestos no centro de Londres contra a construção de um projeto habitacional (Ver SKOLNICK & BAYLE, 2002, p. 65).

5 No caso de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1990, ver respectivamente, Mesquita Neto (2004) e Muniz et al (1997).

Nesse cenário, ao criar o Programa, o atual governo fez involuntariamente uma escolha. Assim, pertencer aos quadros do Programa Ronda do Quarteirão na PM do Ceará tornou-se uma distinção, como se escuta falar pelos espaços públicos da cidade: “é uma nova polícia”, “é a polícia do governador”. As dinâmicas operadas pela distinção de pertencer ao Ronda são apontadas pelos policiais rondantes como o maior fator de resistência dos companheiros da PM que não integram os efetivos do programa, ocasionando um clima de tensão e rivalidade entre rondantes e PMs do policiamento tradicional. Um fato que tem contribuído para isso está relacionado às diferentes condições de serviço dos policiais do Ronda e do restante da tropa da PM.

No primeiro ano da implantação do Ronda, os policiais militares responsáveis pelo policiamento “tradicional” realizavam suas atividades em condições diferenciadas, não tinham acesso aos mesmos equipamentos e condições operacionais dos rondantes como remuneração diferenciada, fardamentos, armamentos e carros novos (Toyota Hilux SW4⁶). O fardamento dos rondantes é uma vestimenta desenhada por estilista na cor azul claro e escura (diferente de como se caracteriza as fardas militares no Brasil – cor caqui). Com certo tom de “desprezo” os policiais que não faziam parte do Programa, afirmavam que o novo fardamento “não tem cara de polícia”, os policiais parecem ser mais “vigias de condomínio de luxo”. Mas o que nos revelam essas falas ressentidas?

Essas questões não só sinalizam a existência de divergências e ressentimentos dentro da tropa, mas inaugura uma distinção que não só separa o novo do velho na corporação militar, mas prioriza uma estratégia política ao inaugurar um novo modelo de policiamento que tenta romper com algumas evidências ultrapassadas presentes na instituição policial, o que chamamos do velho modelo ultrapassado de pensar e fazer polícia.

De acordo com os gestores da área da segurança pública, as ações estratégicas de policiamento do Programa Ronda do Quarteirão devem ser orientadas por iniciativas preventivas e de parcerias com a sociedade civil. Esse procedimento norteador do Ronda tem sido motivo de críticas por parte de policiais militares que ainda acreditam na idéia de que segurança pública é assunto que deve ser tratado apenas pelas instituições policiais e que, fora do modelo repressivo ostensivo, não há saída.

Isso [a criação do Ronda] acabou gerando uma separação interna, até mesmo porque tem um grupo na corporação que dá destaque ao policiamento repressivo e com o

6 A viatura dispõe de equipamentos sofisticados, câmbio automático, bancos de couro, tração nas quatro rodas, GPRS, computador de bordo e duas câmeras na parte interna. A exigência de alguns desses acessórios no edital de licitação para compra de 200 viaturas em 2007 gerou insatisfações por parte de montadoras concorrentes, que não poderiam participar por não oferecer os itens exigidos, além das críticas levantadas por parlamentares, imprensa e grupos ligados à sociedade civil devido o valor que o governo pagaria por cada viatura, estimado em aproximadamente R\$ 160 (cento e sessenta mil reais) cada.

Ronda a idéia é a da prevenção, isso acarretou uma rivalidade entre a tropa militar (Depoimento concedido pelo policial rondante (novato), 9 meses na profissão, superior completo).

Os policiais da PM tratam com indiferença os policiais do Ronda, existem resistências na corporação como a falta de aceitação do Ronda, ao invés de ser um trabalho integrado, existe é uma rixa (Depoimento concedido pelo policial rondante(veterano), 8 anos na profissão, ensino médio).

As falas desses policiais de rua são reveladoras das rivalidades e resistências existentes entre os policiais, no entanto, os policiais que estão nos cargos de comando “ignoram” a existência de tensões e rivalidades entre o novo e o velho modelo na corporação militar e disseminam um discurso de que há uma interação e relação harmoniosa entre os policiais rondantes e os da PM tradicional. Os depoimentos dos policiais rondantes que estão na atividade fim, no policiamento de rua, e em algumas observações diretas feitas junto ao trabalho policial (tanto com policiais do Ronda como da PM tradicional) dizem o contrário. Parece-nos evidente que as mudanças operadas com a criação e implantação do Ronda, acabaram também por criar um clima pouco amistoso dentro da tropa entre os policiais novatos que integram o Ronda e os policiais veteranos responsáveis pelo policiamento tradicional da PM.

Podemos constatar que em toda essa dinâmica para mudar “a cara da polícia” há insatisfações, que não se dão apenas pela criação de um novo modelo, mas pela possibilidade real desse novo modelo mexer em privilégios e interesses corporativos. Um exemplo inegável dessa realidade foi a prisão de dois policiais novatos pertencentes ao Programa Ronda do Quarteirão. A viatura do Ronda foi chamada para atender uma ocorrência de um som alto em um bar na periferia de Fortaleza. No local da ocorrência estavam presentes dois majores da PM tradicional que, segundo informações da imprensa e de testemunhas, teriam entrado em discussão com os rondantes por discordarem da autuação do estabelecimento pelo uso indevido do som alto e, acabaram xingado os soldados rondantes e depois tomado de um deles as algemas com as quais se auto algemaram. A imprensa também noticiou, na época, que o oficial do Ronda chamado para dirimir o conflito (um oficial que tinha relações de amizade com os dois majores), decidiu pela autuação dos soldados do Ronda por insubordinação que acabaram presos (o caso acabou sendo apurado pela Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública).

O caso coloca ainda em evidência os conflitos estabelecidos na rede hierárquica dos comandos e nas estruturas organizacionais da PM, o que é apontado pelos policiais do Ronda como algo que compromete o êxito do programa. É, inegavelmente, uma situação que expõe insatisfações de policiais da PM tradicional com as mudanças operadas e, de fato, isso revela “um sistema em decomposição que resiste desesperadamente ao surgimento do novo” (Brasil, 2000, p. 221).

Recém-chegados: “a polícia da boa vizinhança”

O clima de tensão e rivalidade constatados entre os policiais da corporação militar no Ceará, com a criação do Ronda do Quarteirão, nos remetem às análises feitas por Elias & Scotson (2000) sobre uma pequena comunidade chamada Winston Parva onde existiam apenas uma diferença entre os residentes, um grupo de moradores “estabelecidos” que estavam na região há mais de duas gerações e outro grupo composto por recém-chegados, os denominados “outsiders”.

O grupo de antigos residentes, famílias cujos membros se conheciam havia mais de uma geração, estabelecera para si um estilo de vida comum e um conjunto de normas. Eles observavam certos padrões e se orgulhavam disso. Por conseguinte, o afluxo de recém-chegados a seu bairro era sentido como uma ameaça a seu estilo de vida já estabelecido, embora os recém-chegados fossem seus compatriotas. Para o grupo nuclear da parte antiga de Winston Parva, o sentimento do status de cada um e da inclusão na coletividade estava ligado à vida e às tradições comunitárias. **Para preservar o que julgavam ter alto valor, eles cerravam fileiras contra os recém-chegados, com isso protegendo sua identidade grupal e afirmando sua superioridade** (2000, p.25) (grifos nossos).

Assim como observaram os autores entre os moradores da comunidade Winston Parva, podemos dizer que entre os grupos policiais existentes na PM, a tensão e o conflito podem manter-se dissimulados (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer declaradamente, sob a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos “outsiders”). Os comandos negam a existência de uma tensão e rivalidade entre os policiais, mas sabe-se que é prática existente e observada no cotidiano policial.

No caso específico dos grupos policiais divergentes existentes na corporação militar, a relação de poder, com suas assimetrias, parece favorecer os novos policiais do Ronda ou “outsiders”, porque há toda uma estratégia discursiva oficial do governo e do comando da área da segurança pública de envolvimento direto com o programa, associado ao aspecto simbólico do programa, no imaginário coletivo, que se denomina de “a polícia da boa vizinhança”, uma nova estratégia de policiamento que promete estabelecer uma nova maneira de se relacionar com a população.

Quer nos parecer ser uma estratégia de mudança da forma tradicional de fazer polícia, uma vez que o velho modelo não têm tido êxito no enfrentamento da problemática da criminalidade e da violência nas cidades brasileiras. A criação do Ronda surge como algo novo capaz de impactar os valores tradicionais ao estabelecer uma nova modalidade de policiamento, a chamada “polícia da boa vizinhança”.

Há nas intervenções dos policiais rondantes um diferencial que os distingue dos policiais tradicionais ou seja; as “ações de proximidade” que podem contribuir para o fortalecimento das parcerias e aproximações entre polícia e comunidade. Mas, notadamente há algo diferente na prática cotidiana dos policiais rondantes, é uma nova maneira de se relacionar com a população que inaugura e se expressa por meio de ações inscritas nas falas, comportamentos e gestos dos policiais rondantes com as pessoas que procuram a polícia. Desse modo, é subtraída a idéia de que os policiais do Ronda são diferentes apenas por causa do novo fardamento, dos carros de luxo e dos equipamentos materiais que passaram a manusear na prática do policiamento. A distinção inaugurada pelos rondantes se chama “cordialidade”.

O surgimento do Ronda na política de segurança pública do Ceará inaugura uma nova relação entre polícia e comunidade em que se abre e se encerra em um novo ritual de sinais, códigos, expressões verbais e não verbais, além de uma linguagem mediada por ações preventivas e comunitárias, que possibilitam aberturas à alocação dos policiais numa posição de engajamento mais contíguo entre polícia e comunidade.

Ao produzir movimentos e gestos que dispensam um pronunciamento verbal e posturas que inauguram um novo modo de pensar e fazer polícia, os policiais que integram o Ronda introduzem elementos simbólicos diferenciadores ao grupo a que pertencem, podendo contribuir no intercâmbio de novos sentidos atribuídos ao papel e a imagem da polícia junto a população e, provavelmente, na construção de novos significados à cultura policial.

Então o que nos interessa nesse contexto? Nessa relação de poder assimétrico e instável, entre o novo e o velho, da qual nos lembra Foucault (2003), nos interessa compreender a função que se pode atribuir a algo dito em determinada circunstância e de modo não contingente, mas, sobretudo em momentos de crises dos dispositivos de segurança pública, falta de credibilidade da população às práticas policiais e pelas aproximações marcadas por pouca confiança no relacionamento entre polícia e comunidade.

Esse novo discurso sobre o programa e toda a simbologia que envolve “a polícia da boa vizinhança” é visto por grupos tradicionais da PM com desconfiança como uma ameaça aos valores institucionais presentes na cultura policial. Nesse contexto, as velhas práticas resistem às novas práticas que priorizam estratégias de policiamento que se norteiam por relações de parcerias e aproximações entre polícia e comunidade, com ênfase na participação e organização comunitária, na identificação, resolução e mediação dos conflitos. Aqui, há que se considerar a importância do agir em conjunto, este depende do acordo frágil de muitas vontades e, que chamamos de articulação pactuada.

De acordo com as declarações debochadas de alguns PMs que fazem o policiamento tradicional, o programa Ronda é um serviço “para espantar bebinho”, fazendo alusão as ocorrências que são atendidas pelos policiais rondantes, como as brigas entre vizinhos ou brigas de bêbados em bares. Intervenções consideradas também como “perda de tempo”, pois ainda compartilham da idéia de que a polícia não pode perder tempo com pequenos conflitos, ignorando o fato de que pequenos conflitos podem se transformar em crimes de alta complexidade.

Ainda sobre essa questão das resistências, os policiais rondantes entrevistados, nas pesquisas referidas, destacaram que policias da PM chegaram a fazer uma avaliação imediata sobre o programa do Ronda e o consideraram como um fracasso. Diante dessa observação, cabe lembrar que poucas foram as vezes que as práticas policiais se submeteram a avaliações sistemáticas internas e externas e estiveram abertas às críticas como o Programa Ronda do Quarteirão. É, portanto, uma prática que deveria ser incentivada pelos comandos, pelos demais setores da PM e depois dar visibilidade aos resultados.

De acordo com estudos realizados por Bayley e Skolnick (2002, p. 223-4) sobre as inovações no policiamento em alguns países, os maiores obstáculos são aqueles encontrados dentro das organizações policiais, uma vez que “toda e qualquer organização resiste às mudanças, mas é difícil imaginar uma mais resistente do que a polícia”.

Essa é uma realidade que também se faz presente nas forças policiais brasileiras. Bretas (1997) afirma que se buscarmos o que existe de comum entre as diferentes formas de polícia, a primeira característica a ser apontada poderia ser resistências às inovações. Por quê? Existe uma mentalidade que tem dificuldades em aceitar que as estruturas das forças policiais precisam passar por renovações e críticas, como se pode ver nas palavras de Rolim (2007, p.36), ao dizer:

(...) o atual modelo de polícia tem permitido também que determinados interesses particulares, articulados ilegalmente e mesmo em estreita colaboração com grupos criminais, tenham fincado raízes nas instituições policiais. Reformas, então, também ameaçam práticas altamente lucrativas já acomodadas na instituição, e que beneficiam parte das elites policiais.

Por outro lado, a criação e implementação do Ronda Quarteirão, de acordo com alguns policiais entrevistados, ocasionou alguns prejuízos, como o desestímulo do restante da tropa, que se viu discriminada e desvalorizada pela criação do programa, gerando um sentimento de insatisfação, menosprezo e de despeito por parte de alguns policiais veteranos, pelo fato do Ronda ter priorizado pessoal novato, ou seja, aqueles recém-chegados e não os policiais que já faziam parte da corporação, aqueles considerados “antigos, bem preparados”, como nos disse um policial.

Há que se destacar que, para compor o programa Ronda do Quarteirão, devido o número insuficiente de policiais novatos para atender todas as áreas, foram recrutados policiais veteranos que obedecessem aos critérios exigidos, ou seja, não possuir ficha funcional suja, ter comportamento bom, não responder processos nos órgãos de controle internos e externos, “mas não foi perguntado aos policiais se eles gostariam de participar do programa, ou seja, fomos colocados sem o direito de escolha” (Depoimento concedido por policial rondante(veterano) , 7 anos na profissão, ensino médio).

Como se pode observar há insatisfações de quem foi excluído e também de quem foi incluído no processo. As insatisfações e críticas internas somam-se ao modo como o programa foi criado e implementado na corporação, considerando o histórico de imposições das ações unilaterais dos comandos aos subalternos nas polícias brasileiras. Essas são insatisfações originárias e motivadas pelo modo de criação e implementação do Programa na corporação militar e não contra o que se propõe o referido programa.

O Ronda do Quarteirão começou errado e de maneira muito acelerada, mesmo assim mudou muito a visão da população de um modo geral em relação a Polícia Militar, mas criou uma segregação entre os PM [policimento tradicional] e os policiais do Ronda que dificulta nosso trabalho. (Depoimento concedido por policial rondante(veterano), 5 anos na profissão, pós-graduação).

Os policiais recrutados em 2007 no concurso para integrar o Ronda do Quarteirão correspondia a 70% do efetivo total dos policiais que deveriam compor o programa, sendo o restante pertencentes aos quadros veteranos da corporação, alguns deles retirados das ruas e outros de serviços burocráticos da PM. Além das insatisfações internas por causa dos equipamentos para realização do policiamento (como os carros, armamentos e fardamentos novos e outros), a concessão de gratificações aos policiais que compõem o Ronda foi motivo das mais severas críticas como pode ser demonstrado no depoimento abaixo.

Alguns policiais na PM criaram uma ambiente de rivalidade devido a gratificação que recebemos. Eles se consideram merecedores do benefício por serem da mesma corporação. O fato de estarmos embarcados em veículos considerados de luxo e a farda também causou conflitos de opiniões (Depoimento concedido por policial rondante(veterano), 5 anos na profissão, ensino médio).

O decreto n.º 29.162, de 16/01/08 criou a Gratificação Técnico Relevante para os policiais do Programa Ronda do Quarteirão, nos valores de R\$ 320,00 para os que fazem o policiamento durante o dia e R\$ 670,00 no período noturno. Essa gratificação é um incentivo aos policiais que estão lotados do programa, assim como existem gratificações para os policiais que fazem parte do efetivo da Casa Militar, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça, sendo que os policiais lotados nos dois primeiros locais mencionados recebem, respectivamente, uma gratificação de 60% e no último de 100% sobre o salário.

É correto esclarecer que existem outros policiais dentro da corporação que recebem gratificações como os PM's que estão lotados nos estabelecimentos prisionais, que realizam serviço no interior do Estado, Comando de Policiamento Rodoviário (CPRV) e motoristas das viaturas. Então, esse não parece ser motivo tão grave para as críticas, considerando que há outras gratificações

pagas a determinados grupos de dentro da PM, o motivo principal parece ser a recusa para uma proposta de policiamento que pode possibilitar aproximações e parcerias entre polícia e comunidade, o que certamente exigirá mudanças mais complexas na estrutura organizacional e operacional na PM, assim como uma modificação na relação entre comandantes e comandados e de maneira mais intensa, na maneira de pensar e fazer segurança pública nas sociedades democráticas.

Algumas considerações

As mudanças nas forças policiais brasileiras ganham cada vez mais destaque no cenário contemporâneo, são inovações que revelam fragilidades e deficiências de modelos ultrapassados de pensar e fazer segurança pública em países de democracias recentes. Em vários países e em algumas cidades brasileiras, as mudanças nas estratégias de policiamento não estiveram isentas de resistências e críticas, gerando clima de tensão, caracterizado por relações de poder instáveis operadas pelos velhos modelos da hierarquia verticalizada dos comandos policiais, pouco afeitos às críticas e aos processos de reformas e mudanças das forças de segurança.

Não se pode ignorar que a cultura policial militar opera resistências na cadeia hierárquica dos comandos, atrasando e/ou dificultando quaisquer propostas de mudança na segurança pública, a exemplo do que está acontecendo com o programa Ronda do Quarteirão. As práticas autoritárias e militaristas nos comandos existem de modo muito forte dentro da polícia e dificulta a execução das mudanças propostas.

Os policiais, de uma maneira geral, consideram que a disciplina e a hierarquia precisam ser mantidas de outra maneira, pois da forma como funciona é prejudicial e dificulta o relacionamento com os demais integrantes da cadeia hierárquica. Um exemplo dessa insatisfação ocorreu quando durante uma visita realizada em determinado setor da Secretária de Segurança Pública, na companhia de um major da PM, para solicitar a colaboração dos policiais rondantes na pesquisa que estávamos realizando na época, um deles ao se manifestar, foi observado a revolta expressa no tom da sua fala, mesmo na presença do oficial na sala, ao dizer que falaria o que fosse preciso na frente de qualquer um e que não iria se calar.

São episódios reveladores da revolta nutrida por policiais submetidos a estruturas hierárquicas arcaicas e verticalizadas que mesmo assim, ainda, resistem às mudanças, sobretudo no que diz respeito às práticas policiais cotidianas, com incidências diretas nos serviços prestados à população.

A mudança na estrutura organizacional da PM tem sido apontada como um aspecto fundamental ao se pensar em uma nova estratégia de policiamento, uma vez que a hierarquia militar verticalizada impede a autonomia e a descentralização das decisões, dificulta e paralisa quaisquer mudanças, quando é colocada como elemento indispensável ao trabalho dos policiais de rua, a tomada de decisões frente às demandas da população. No caso específico do programa Ronda do Quarteirão que tem feições de policiamento comunitário, é importante ter autonomia para possibilitar aos policiais de rua auto-estima e o desenvolvimento de maior confiança em si mesmos, considerando que os policiais podem e devem ser criativos em suas decisões para resolução de conflitos nas áreas em que atuam, além da diminuição do clima de tensão que existe entre os comandantes e os comandados.

Pensar em mudança nas estratégias de policiamento, com a criação do Ronda, é também aceitar que os valores escolhidos para nortear as ações dos policiais e as orientações dos comandos e comandados têm que ser diferentes daquelas vigentes na instituição policial tradicional. Sobretudo quando se pensa em mudanças nas forças de segurança pública, relacionada às tentativas de implementar estratégias de policiamento que tem como base a participação e organização comunitária na prevenção e mediação dos conflitos.

Não se pode ignorar os níveis de participação e interlocução que o Programa “Ronda do Quarteirão” precisa estabelecer não só com a política de segurança pública (vencer as resistências internas da PM) como com as demais políticas governamentais e ações da sociedade civil, caso contrário as atividades policiais continuarão operando práticas e resultados tradicionais tão conhecidos na trajetória das polícias brasileiras ou o que se convencionou chamar do “mais do mesmo”. Consideramos, ainda, que a ousadia de um governo não é apenas criar um programa com sua marca, é, sobretudo, fazer esse programa operar mudanças nas estruturais objetivas e cognitivas numa dada política, no caso em questão, no sistema de segurança pública do Ceará. Esta pode ser a chave para transformar políticas de Governo em políticas de Estado, políticas com diagnósticos de realidades e avaliações sistemáticas, políticas que se planejam e se executam em curto, médio e longo prazo.

Artigo
Recebido: 10/10/2009
Aprovado: 20/11/2009

Keywords: public safety, quarter round, innovations in policing, resistors

ABSTRACT: The article deals with some issues that have assumed prominence in public safety policy in Ceará, with the creation and implementation of the Program Quarter Round (in the Military Police), government Cid Gomes (2007-2010), called the “police of good neighborliness.” The same approaches adopted community policing or the like in close proximity to the population. In this context, we highlight the strengths and tensions experienced between new and old model of thinking and doing police, highlighting concerns and views vary among different groups of police.

Referências

BRASIL, Glaucéria Mota. 2000, *A segurança pública no “Governo das mudanças”*: moralização, modernização e participação. São Paulo, 325p. (Tese Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. 2000. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRETAS, Marcos Luis. 1997, Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 9, n. 1, maio, , p. 79-94.

BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. 2002, *Nova Polícia*. 2 ed. São Paulo: EdUSP (Polícia e Sociedade, n. 2).

CEARÁ, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008.

ELIAS, Norbert. & SCOTSON, J. L. 2000, *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

FOUCAULT, Michel. 2003, *Estratégia, saber-poder/Michel Foucault*; organização e seleção de textos. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ditos e Escritos; IV).

MESQUITA NETO, Paulo de. 2004, Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. *São Paulo Perspectiva*. vol. 18, n. 1, p. 103-110.

MUNIZ, Jaqueline et al. 1997, Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário. In: *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, vol. 9, n. 1, São Paulo, p. 197-213.

ROLIM, Marcos. 2007, Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 1, n 1, p.32- 47.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes. 2008, Ronda do Quarteirão: um ‘acontecimento’ na política de segurança pública? Fortaleza, 115p. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade/Universidade Estadual do Ceará-UECE.

SKOLNICK, Jerome. H. & BAYLEY, David H. 2002, *Policiamento Comunitário*: questões e práticas através do mundo. São Paulo: EdUSP (Polícia e Sociedade, n.6).